



Presidência da República  
Gabinete de Segurança Institucional  
Agência Brasileira de Inteligência

## TERMO DE REFERÊNCIA

### PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRAS)

**AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**  
(Processo Administrativo n.º 00091.009937/2020-21)

#### 1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de peças de Uniforme Tático para o pessoal da segurança orgânica a fim de atender às necessidades da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p><b><u>Camisa de Combat</u> (combat shirt) preta; manga longa</b></p> <p>Camisa de uniforme operacional tática.</p> <p>Material: tecido do corpo muito leve, que facilite a transpiração e que seque rapidamente. Painéis em malha que permitam fluxo de ar e que mantenham a camisa fria. Construção do ombro com design especial que propicie amplitude de movimentos. Corpo da camisa deve possuir stretch para conforto no uso com colete tático/balístico.</p>	480169	unidade	89	R\$ 348,73	R\$ 31.036,97

Possui duas partes: TRONCO e MANGAS/COLARINHO, sendo cada uma confeccionada com um tipo específico de tecido.

A região do TRONCO:

O segmento da frente e das costas é confeccionado com tecido antimicrobiano, de alta capacidade de absorção de umidade, que facilita o controle da temperatura corporal do operador pelo processo de transpiração, de extrema leveza, alto desempenho e grande conforto, tendo a seguinte composição: 55% Algodão, 37% Poliéster e 8% Spandex. Ideal para ser utilizada com coletes táticos que possuem malhas internas respiráveis, ex: (Mesh 3D).

O segmento das axilas e laterais do tronco são de tecido com as mesmas propriedades, porém, com a seguinte composição: 55% algodão, 41% Poliéster e 4% Spandex.

Na região frontal do tronco abertura no sentido de cima para baixo por zíper YKK, ou qualidade similar ou superior, sendo este da mesma cor do tecido que compõe esta parte do fardamento, com cadarço do tipo "P12" de dimensões 23,5cm X 2,5cm, com o cursor do tipo "P" com trava de pino, modelo Poliéster Fino "3C - DSYG", ou superior de modelo similar. A parte interna do zíper que fica em contato com o tórax do Operador é revestida com tecido que impede a irritação da pele por meio da fricção desta com o material, propiciando o uso confortável do fardamento.

A região das MANGAS e do COLARINHO:

As mangas e o colarinho mandarim são confeccionados com o tecido RIPSTOP, com

tecnologia Flex Tac®, ou de qualidade similar ou superior, de utilização por grupos de operações especiais em todo o mundo, que propicia propriedade impermeabilizante (Teflon®), rapidez de secagem no processo de transpiração, com a seguinte composição: 80% de Poliéster e 20% de Algodão. O colarinho é do tipo "Mandarim", para promover maior proteção ao operador contra partículas sólidas, estilhaços, insetos e líquidos.

A abertura da manga na região dos punhos é regulável por tira de velcro. Nos braços, bolso ergonômico na região logo abaixo do músculo deltoide, posicionado diagonalmente, com fechamento por portinhola com velcro e, ainda, a parte externa dos bolsos possui recorte de velcro (fêmea) para a fixação de brasões e insígnias da Organização em questão (braço direito: Bandeira do Brasil: 7 cm x 5 cm). Na região dos cotovelos existe reforço com sobreposição de recorte ovalado de tecido da mesma composição das mangas (80% Poliamida e 20% Algodão). A peça apresenta, além das propriedades já descritas, não amarrotamento, estabilidade, resistência a abrasão, trações e rasgos, bem como, liso e homogêneo, isento de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais ao perfeito aspecto visual e da confecção.

Com velcro fêmea no peito, lado direito, redondo, 7,5 cm de diâmetro, para colocação do emblema emborrachado da Abin; com velcro fêmea no peito, lado esquerdo, para colocação de Sutache retangular, 2,5 cm x 13 cm, com nome e fator RH do operador; e com velcro fêmea nos dois

	<p><u>braços</u> para colocação da Bandeira do Brasil, 7 cm x 5 cm.</p> <p><u>Com inscrição nas costas</u>, em silk screen, escrito "SEGURANÇA", fonte Arial, letras maiúsculas com 6,5 cm de altura e com 1 cm de largura, na cor branca.</p> <p>Cor da camisa: <b>preta</b>.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão, podendo ser em letras (ex.: P, M, G, GG e XG) ou em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...)</p> <p><b><u>Devem acompanhar a camisa:</u></b></p> <p>a) 1 (uma) Insígnia emborrachada com velcro: bandeira do Brasil (7 cm x 5 cm);</p> <p>b) 1 (uma) Insígnia emborrachada com velcro: escudo da Abin (7,5 cm de diâmetro); c) 1 (um) Sutache na cor de fundo <b>preta</b>, escritos o nome e o fator RH do operador na cor branca. - Conforme ilustração que segue anexo a este Termo de Referência</p> <p>Modelo de referência: Camisa de Combate Operator Invictus, ou de melhor qualidade.</p>					
2	<p><b><u>Camisa de Combate (combat shirt) vermelha; manga longa</u></b></p> <p>Camisa de uniforme operacional tática.</p> <p>Material: tecido do corpo muito leve, que facilite a transpiração e que seque rapidamente. Painéis em malha que permitam fluxo de ar e que mantenham a camisa fria. Construção do ombro com design especial que propicie amplitude de movimentos. Corpo da camisa deve possuir stretch para conforto no uso com colete tático/balístico.</p> <p>Possui duas partes: TRONCO e</p>	480169	unidade	34	R\$ 348,73	R\$ 11.856,82

MANGAS/COLARINHO, sendo cada uma confeccionada com um tipo específico de tecido.

A região do TRONCO:

O segmento da frente e das costas é confeccionado com tecido antimicrobiano, de alta capacidade de absorção de umidade, que facilita o controle da temperatura corporal do operador pelo processo de transpiração, de extrema leveza, alto desempenho e grande conforto, tendo a seguinte composição: 55% Algodão, 37% Poliéster e 8% Spandex. Ideal para ser utilizada com coletes táticos que possuem malhas internas respiráveis, ex: (Mesh 3D).

O segmento das axilas e laterais do tronco são de tecido com as mesmas propriedades, porém, com a seguinte composição: 55% algodão, 41% Poliéster e 4% Spandex.

Na região frontal do tronco abertura no sentido de cima para baixo por zíper YKK, ou qualidade similar ou superior, sendo este da mesma cor do tecido que compõe esta parte do fardamento, com cadarço do tipo "P12" de dimensões 23,5cm X 2,5cm, com o cursor do tipo "P" com trava de pino, modelo Poliéster Fino "3C - DSYG", ou superior de modelo similar. A parte interna do zíper que fica em contato com o tórax do Operador é revestida com tecido que impede a irritação da pele por meio da fricção desta com o material, propiciando o uso confortável do fardamento.

A região das MANGAS e do COLARINHO:

As mangas e o colarinho mandarim são confeccionados com o tecido RIPSTOP, com tecnologia Flex Tac®, ou de

qualidade similar ou superior, de utilização por grupos de operações especiais em todo o mundo, que propicia propriedade impermeabilizante (Teflon®), rapidez de secagem no processo de transpiração, com a seguinte composição: 80% de Poliéster e 20% de Algodão. O colarinho é do tipo "Mandarim", para promover maior proteção ao operador contra partículas sólidas, estilhaços, insetos e líquidos.

A abertura da manga na região dos punhos é regulável por tira de velcro. Nos braços, bolso ergonômico na região logo abaixo do músculo deltoide, posicionado diagonalmente, com fechamento por portinhola com velcro e, ainda, a parte externa dos bolsos possui recorte de velcro (fêmea) para a fixação de brasões e insígnias da Organização em questão (braço direito: Bandeira do Brasil: 7 cm x 5 cm) . Na região dos cotovelos existe reforço com sobreposição de recorte ovalado de tecido da mesma composição das mangas (80% Poliamida e 20% Algodão). A peça apresenta, além das propriedades já descritas, não amarrotamento, estabilidade, resistência a abrasão, trações e rasgos, bem como, liso e homogêneo, isento de manchas, falhas, bolotas ou outros defeitos prejudiciais ao perfeito aspecto visual e da confecção.

Com velcro fêmea no peito, lado direito, redondo, 7,5cm de diâmetro, para colocação do emblema emborrachado da Abin; com velcro fêmea no peito, lado esquerdo, para colocação de Sutache retangular, 2,5cm x 13cm, com nome e fator RH do operador; e com velcro fêmea nos dois braços para colocação da

	<p>Bandeira do Brasil, 7cm x 5cm.</p> <p><u>Com inscrição nas costas</u>, em silk screen, escrito "INSTRUTOR", fonte Arial, letras maiúsculas com 6,5 cm de altura e com 1 cm de largura, na cor preta.</p> <p>Cor da camisa: <b>vermelha</b>.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão, podendo ser em letras (ex.: P, M, G, GG e XG) ou em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...)</p> <p><b><u>Devem acompanhar a camisa:</u></b></p> <p>a) 1 (uma) Insígnia emborrachada com velcro: bandeira do Brasil (7cm x 5cm);</p> <p>b) 1 (uma) Insígnia emborrachada com velcro: escudo da Abin (7,5 cm de diâmetro); c) 1 (um) Sutache na cor de fundo <b>vermelha</b>, escritos o nome e o fator RH do operador na cor preta. - Conforme ilustração que segue anexo a este Termo de Referência</p> <p>Modelo de referência: Combat Shirt Attack Vermelha Dacs, ou de melhor qualidade.</p>					
3	<p><b><u>Camiseta polo com proteção solar UV manga curta</u></b></p> <p>Tecido com tecnologia FlashDry, para rápida secagem e evaporação de suor.</p> <p>Tecido com fator de proteção solar Ultravioleta (FUV) 50, no mínimo</p> <p>Cor da camisa: <b>preta</b></p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão, podendo ser em letras (ex.: P, M, G, GG e XG) ou em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...)</p>	480169	unidade	60	R\$ 185,63	R\$ 11.137,80

	<p><b><u>Devem ser estampados na camisa em silk screen:</u></b> a) na frente, no lado superior direito, escudo da Abin (7,5 cm de diâmetro); b) na frente, no lado superior esquerdo, escrito nome e o fator RH do operador na cor branca; c) na lateral do braço direito, bandeira do Brasil (7cm x 5cm); e d) na parte de trás (costas), escrito "SEGURANÇA" (fonte Arial, letras maiúsculas com 6,5 cm de altura e com 1 cm de largura, na cor branca). - Conforme ilustração que segue anexo a este Termo de Referência</p>					
4	<p>Par de <b><u>Botas táticas de 8"</u></b></p> <p>Botas Táticas de uniforme operacional tático de segurança, tipo militar.</p> <p>Bota de 8 polegadas. Resistente a água.</p> <p>Material externo: couro nobuck ; impermeável.</p> <p>Material da sola: borracha antiderrapante; com travas antiderrapantes e fugas de drenagem.</p> <p>Material do forro interno: com tratamento antibacteriano e antifungos.</p> <p>Com Cordura 1000, 100% poliamida.</p> <p>Palmilha anatômica.</p> <p>Cor: preta.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão (de 36 a 46).</p> <p>Cano: longo.</p> <p>Modelo de referência: Bota Tática Havoc 8" 2.0 Invictus, ou de melhor qualidade.</p>	113182	par	52	R\$ 507,30	R\$ 26.379,60



5	<p>Par de <b><u>Meias táticas pretas</u></b></p> <p>Material: algodão, poliéster e elastano. Tipo militar, própria para uso com botas e cuturnos.</p> <p>Cor: preta.</p> <p>Cano: longo.</p> <p>Com tratamento bactericida e sistema de secagem rápida.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão (de 40 a 45).</p>	3972	par	157	R\$ 54,67	R\$ 8.583,19
6	<p><b><u>Calça tática operacional</u></b></p> <p>Material: tecido RIP STOP, 68% poliéster e 32% algodão, com variação permitida de 5% para mais ou para menos.</p> <p>Acabamentos e costuras: com fechamento por meio de botão na mesma cor do tecido, forrado com 06 passadores distribuídos pelo cóis da calça. Laterais overlocadas e rebatidas com duas agulhas. Braguilha forrada com o mesmo tecido e fechada com zíper de metal mesma cor do tecido. Bainha de 2 cm overlocadas e costuras rebatidas. Com costuras reforçadas; com passadores para cinto; com reforço no cavalo/gancho e nos joelhos; cintura reforçada com ajuste elástico para melhor ajuste ao corpo do operador.</p> <p>Com, no mínimo, 06 (seis) bolsos, sendo 02 (dois) bolsos frontais, embutidos nas laterais; 02 (dois) bolsos traseiros; e 02 (dois) bolsos laterais nas pernas. Zíper em aço, tipo jacaré.</p> <p>Cor: Preta.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão, podendo ser em letras</p>	290261	unidade	183	R\$ 287,63	R\$ 52.636,29

	(ex.: P, M, G, GG e XG) ou em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...)					
7	<p><b><u>Camiseta com proteção solar UV manga longa</u></b></p> <p>Camiseta adequada para exposição ao sol (fontes naturais de emissão UV) de manga longa.</p> <p>Fator de Proteção Ultravioleta FPU 50 ou maior.</p> <p>Com tecnologia Dry de secagem rápida e de fácil dispersão de suor.</p> <p>Material: 90% poliéster e 10% elastano, com variação permitida de 5% para mais ou para menos.</p> <p>Cor: preta.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão, podendo ser em letras (ex.: P, M, G, GG e XG) ou em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...)</p>	470405	unidade	10	R\$ 66,80	R\$ 668,00
8	<p><b><u>Presilha táctica para cinto de guarnição táctica (Belt clip)</u></b></p> <p>Presilhas tácticas para ajustar o cinto de guarnição táctica ao cinto de farda.</p> <p>Fechamento com abotoamento duplo de pressão.</p> <p>unidade de fornecimento: kit com 4 unidades.</p> <p>Cor: Preto</p>	150783	unidade	148	R\$ 13,84	R\$ 2.048,32
9	<p><b><u>Cinto de apoio (Inner Belt)</u></b></p> <p>Material: polipropileno; revestido externamente com tecido aderente injetado.</p> <p>Largura: 38mm.</p> <p>Com ajustes no mesmo tecido aderente na parte interna.</p> <p>Com fecho de contato injetado.</p> <p>Com acabamento de viés em</p>	450342	unidade	37	R\$ 99,97	R\$ 3.698,89

	<p>todo contorno.</p> <p>Com tamanho ajustável.</p> <p>Tamanho: a determinar posteriormente com o fornecedor entre tamanhos padrão, podendo ser em letras (ex.: P, M, G, GG e XG) ou em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...)</p>					
10	<p><b><u>Boné tático com velcro preto</u></b></p> <p>Padrão "USA ARMY".</p> <p>Com velcro de identificação na frontal (8,5 cm x 5 cm) e traseiro (12 cm x 2,5 cm).</p> <p>100% RIP STOP anti-rasgo.</p> <p>Cor: preto.</p> <p>Com regulador de tamanho embutido.</p>	150489	unidade	34	R\$ 84,22	R\$ 2.863,48
11	<p><b><u>Boné tático com velcro vermelho</u></b></p> <p>Padrão "USA ARMY".</p> <p>Com velcro de identificação frontal (8,5 cm x 5 cm) e traseiro (12 cm x 2,5 cm).</p> <p>100% RIP STOP anti-rasgo.</p> <p>Cor: vermelho.</p> <p>Com regulador de tamanho embutido.</p>	150489	unidade	17	R\$ 84,22	R\$ 1.431,74
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 152.341,10</b>	

1.2. Especificações detalhadas do objeto acima seguem em documento anexo a este Termo de Referência, contendo ilustrações que facilitam a identificação dos itens pelos licitantes.

1.3. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitação técnica das especificações dos materiais constantes no CATMAT (comprasnet), as especificações técnicas completas do objeto licitado, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes neste Termo de Referência.

1.4. Quanto ao item 8 - Presilha tática para cinto de guarnição tático (Belt clip) - esse produto é usualmente comercializado em kits contendo 4 (quatro) unidades de presilha em cada kit, conforme se verifica na ilustração constante do Anexo I deste TR - "Especificações detalhadas dos itens (0385780)". Ciente disso, a Contratante esclarece que é possível que as licitantes apresentem propostas de 37 (trinta e sete) kits, perfazendo o total de 148 (cento e quarenta e oito) unidades de presilhas táticas.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do

recebimento da Nota de Empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.6. Para que não haja prejuízo para a padronização do conjunto do objeto, a entrega deverá ser realizada em remessa única, logo, não há previsão de cotas reservadas.

1.7. Não será adotado o Sistema de Registro de preço porque não haverá aquisição de bens com previsão de entregas parceladas à Administração.

1.8. Os bens, assim que entregues à ABIN, serão distribuídos imediatamente aos servidores, conforme consta no quantitativo da Planilha - memória de cálculo quantitativo (0381846).

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. O material pretendido é considerado bem comum, pois seu padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento e foram identificados por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do Art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Os materiais descritos são encontrados em diversas empresas do ramo, possibilitando, dessa forma, concorrência e vantagem para a instituição.

## 5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela Contratada, em remessa única, no seguinte endereço: Sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1, Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone (61) 3445-8314. O horário para entrega é compreendido das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. É NECESSÁRIO que a empresa vencedora entregue AMOSTRA de todos os itens à ABIN no prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação do pregoeiro, conforme item 16 deste Termo de Referência.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 6.1. São obrigações da Contratante:

- 6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize

sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(\frac{6}{100})$ 365	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6
------------	-------	--------------------------	---

## 12. DO REAJUSTE

12.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não há exigência de garantia contratual da execução por se tratar de compra com recebimento integral do objeto e pagamento após a administração atestar se o material fornecido está de acordo com as descrições referentes à quantidade e qualidade acostadas neste Termo de Referência.

### **14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.1.1. A garantia de 12 (doze) meses é exigida para que se preserve o interesse público na continuidade da boa execução dos trabalhos de Segurança Orgânica desta Agência, uma vez que os itens objeto desta contratação são de boa qualidade e seu preço unitário justifica a reposição pela Contratada caso se verifiquem defeitos de fabricação.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

14.3. Os itens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso e originais, com padrão de qualidade igual ou superior aos determinados neste Termo de Referência.

14.4. Uma vez notificada, a Contratada realizará a substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento, pela Contratada, da notificação da Contratante, ou, em não havendo resposta formal à notificação, a partir de 05 (cinco) dias úteis da data do envio do e-mail de notificação da Contratante endereçado à Contratada.

14.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, se aceita pela Contratante.



14.6. Decorrido o prazo para substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou sem apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos itens.

14.7. O custo referente ao transporte dos objetos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

14.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

14.9. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, a Contratada deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 15.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 15.2.2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias 20 (vinte) dias;
- 15.2.3. multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 15.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 15.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.
- 15.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## 16. **DA AMOSTRA**

16.1. Após as fases de aceitação da proposta da empresa, será exigida da licitante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, a apresentação de amostras para os itens aceitos.

16.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra seguindo o mesmo padrão do especificado neste Termo de Referência, a ser entregue na Sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadras 1,

Divisão de Almoxarifado, Bloco AA, CEP 70.610-905, Brasília/DF, Telefone (61) 3445-8314. O horário para entrega é compreendido das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.

16.3. A entrega da amostra deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, contados da solicitação do pregoeiro, para ser analisada pela fiscalização do contrato a fim de verificar a sua compatibilidade com as especificações técnicas exigidas para o objeto desta contratação, que emitirá parecer em que constará amostra "aprovada sem ressalvas", "aprovada com ressalvas" ou "reprovada". As peças fornecidas posteriormente de forma definitiva também serão submetidas a verificação.

16.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração na forma de amostra serão tratados como protótipos e poderão ser manuseados, desmontados, deformados e cortados para realização dos testes, sendo devolvidos ao licitante no estado em que se encontrarem. As amostras ficarão retidas para comparação com o material a ser entregue e só serão devolvidos à empresa depois da entrega definitiva do objeto da compra.

16.5. Quanto às Combat Shirts (itens 1 e 2), Camisetas Polo com proteção UV manga curta (item 3), Calças Táticas Operacionais (item 6) e Camisetas com proteção solar UV manga longa (item 7) caberá à empresa convocada **apresentar amostras em todos os tamanhos padrão**, podendo ser em letras (ex.: P, M, G, GG e XG), em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...) ou em alguma outra forma de padrão de medida, para fins de definição dos tamanhos que serão efetivamente adquiridos para os servidores da ABIN que receberão essas peças de vestuário.

16.6. Quanto às Botas Táticas de 8" (item 4) e Meias táticas pretas (item 5), caberá à empresa convocada **apresentar amostras em todos os tamanhos padrão** (ex.: de 36 a 46, ou outros disponíveis), para fins de definição dos tamanhos que serão efetivamente adquiridos para os servidores da ABIN que receberão essas peças de uniforme.

16.7. Quanto ao Cinto de apoio (Inner Belt) (item 9) caberá à empresa convocada **apresentar amostras em todos os tamanhos padrão**, podendo ser em letras (ex.: P, M, G, GG e XG), em numeração (ex.: 38, 40, 42, 44, 46, 48, 50, 52, 54...) ou em alguma outra forma de padrão de medida, para fins de definição dos tamanhos que serão efetivamente adquiridos para os servidores da ABIN que receberão essas peças de vestuário.

16.8. Caso algum servidor não identifique tamanho ideal dentre os tamanhos sugeridos nos itens anteriores, a empresa deverá enviar à ABIN outro tamanho da peça para atender à demanda desse servidor usuário.

16.9. Os custos das amostras correrão às expensas da empresa licitante.

16.10. Se a amostra não atender integralmente às especificações, a licitante será desclassificada e a retirada do bem deverá ocorrer em, no máximo, 10 (dez) dias, contados da data da comunicação oficial do Pregoeiro quanto à reprovação.

16.11. Reitera-se que anexo a este Termo de Referência segue documento com especificações detalhadas contendo ilustrações que facilitam a identificação dos itens pelos licitantes.

16.12. A não apresentação de amostras ou a apresentação fora do prazo ou em desacordo com as especificações técnicas e outras condições descritas neste Termo de Referência e seus anexos ocasionará a desclassificação da licitante, convocando-se a próxima empresa com proposta mais vantajosa.

## 17. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

17.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 152.341,10 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e um reais e dez centavos)

## 18. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

18.1. A presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC/PGC) ABIN 2021, item nº 894, cuja descrição é "Camisa masculina".

18.2. A dotação orçamentária será devidamente indicada nos autos do processo da contratação.

Brasília/DF, 23 de setembro de 2021.

**Integrante da Equipe de Planejamento**

**Divisão de Suporte Administrativo**

**DSA/COSAI/SEGOR/SPG**

**Coordenador de Segurança de Áreas e Instalações**

**COSAI/SEGOR/SPG**

**Coordenador-Geral de Segurança Orgânica**

**SEGOR/SPG**

Documento assinado eletronicamente

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico - Compras  
Atualização: Outubro/2020

---

**Referência:** Processo nº 00091.009937/2020-21

SEI nº 0441843

Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -